



Comissão de Prevenção  
e Enfrentamento do  
Assédio Moral, do  
Assédio Sexual  
e da Discriminação



## Curso de Capacitação de Gestores do Tribunal de Justiça

### INFORMAÇÕES DA ESCOLA:

**Nome da Escola:** Universidade Corporativa – UNICORP

**Natureza da Escola:** Escola Institucional, integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**Endereço:** 5ª Avenida do CAB nº 560, anexo 2, 5ª andar, CEP 404425-060, Salvador – BA.

**Telefones:** (71) 3483-3811 / 3483-3819

**Endereço Eletrônico:** <http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp/>

#### Responsáveis Técnicos da Escola:

Coordenador-Geral: Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira

Secretário-Geral: Marcus Vinícius Fernandes

Coordenadora Pedagógica: Priscilla Viana Fortunato

Diretor da Escola: Desembargador Mário Augusto Albiani Júnior

Mandato do Diretor: 2022 – 2024

### IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso:** Curso de gestão para prevenção e combate de condutas assediosas e discriminatórias

**Natureza:** Curso de Capacitação e Formação Continuada na carreira.

**Coordenadora Pedagógica do Curso:** Desa. Joanice Maria Guimarães de Jesus

**Modalidade:** ( X ) Presencial ( ) À Distância

**Público alvo:** Gestores das Unidades Administrativas e Judiciárias do TJBA

**Carga horária:** 12 horas

**Número de vagas:** 40

**Período de inscrição:** inscrição via convocação

**Período de realização:** 27 a 29 de julho.

**Local de realização:** Sede da UNICORP

### VISÃO GERAL

### EMENTA



## Módulo I

Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

## Módulo II

Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

## Módulo III

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

### JUSTIFICATIVA

Diante da Resolução n.º 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, instituiu-se a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário, fomentando tribunais estaduais a adotarem medidas que suplantem o exercício abusivo do poder administrativo, caracterizado por ações persistentes e desproporcionais ao sujeito e que afetam as relações sociais e trabalhistas.

Em 09 de março de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia publicou o Decreto Judiciário n.º 214, instituindo uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e outras Formas de Discriminação em cada grau de jurisdição e, em seguida, foram editados os Decretos Judiciários 372 e 373, ambos de 05 de maio de 2022 que designaram, respectivamente, os membros das Comissões de 2º e 1º Graus de Poder Judiciário Baiano.

Nesse cenário, o curso proposto pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação do Estado da Bahia busca fomentar a construção de ambientes produtivos, saudáveis e com Qualidade de Vida no Trabalho.

Para tal intento, o presente curso de capacitação contará com a participação de profissionais das áreas de: Administração, Direito e Psicologia, que ministrarão aulas teóricas e práticas nas áreas mais modernas da Gestão de Pessoas e de Processos visando construir uma nova mentalidade no ambiente organizacional, em face de princípios como a humanidade, o respeito e a dignidade humana.

### OBJETIVO GERAL



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PRISCILLA VIANA FORTUNATO.  
Documento Nº: 1233767.21501101-7894 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica>



**Promover** competências relacionadas à gestão de pessoas, com a melhoria do ambiente organizacional e das relações interpessoais entre os servidores e também os cidadãos jurisdicionados.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conscientizar os magistrados quanto às ações de prevenção e combate às condutas discriminatórias e de assédio, moral ou sexual;
- Aprimorar a gestão de pessoas que se encontrem sob a responsabilidade do magistrado;
- Estimular a adesão a condutas e políticas preventivas a todas as formas de assédio e discriminação, como reflexo do compromisso institucional com a Agenda 2030 da ONU;
- Reconhecer condutas que possam evidenciar comportamento assedioso ou discriminatório e adotar meios para preveni-las e combatê-las no ambiente institucional.

### METODOLOGIA

O curso será realizado de forma presencial, na sede da UNICORP, e contará com aulas expositivas dialogadas, além de etapa vivencial específica com a participação dos discentes em atividades organizadas e estimuladas pelos docentes.

### ATUAÇÃO DOS DOCENTES

1. Ser um agente de engajamento entre os discentes e o curso;
1. Atender as demandas dos discentes com relação as dúvidas que vier surgir sobre o curso ou as aulas;
2. Estimular o desenvolvimento de novas capacidades e melhorar as competências dos gestores.

### RESPONSABILIDADE DO DISCENTE

1. Frequentar as aulas regularmente, observada a exigência mínima de participação com vistas à obtenção de certificado;
1. Observar o prazo do envio da atividade a ser postada;
2. Executar as atividades solicitadas pelo docente.

### ESTRUTURA DO CURSO

| Data/Horário       | Temática                   | Metodologia Ativas        | Modalidade | Formador                              | C.H |  |
|--------------------|----------------------------|---------------------------|------------|---------------------------------------|-----|--|
| 27/07<br>8h às 12h | Módulo I:<br>Administração | Aula expositiva dialogada | Presencial | Ms. Bruno de Magalhães Oliveira Costa | 4   |  |



|  |                    |                           |                              |            |                                                |   |  |
|--|--------------------|---------------------------|------------------------------|------------|------------------------------------------------|---|--|
|  | 28/07<br>8h às 12h | Módulo II:<br>Direito     | Aula expositiva<br>dialogada | Presencial | Dra Ana<br>Barbuda e Dra<br>Daniela<br>Gonzaga | 4 |  |
|  | 29/07<br>8h às 12h | Módulo III:<br>Psicologia | Aula expositiva<br>dialogada | Presencial | Prof. Cláudio<br>Manoel da Silva               | 4 |  |

|                              |
|------------------------------|
| <b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b> |
|------------------------------|



## Módulo I

**Carga horária: 4h**

**Conteúdo Programático:** Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

**Metodologia:**

- Aula Expositiva Dialogada
- Apresentação e desenvolvimento do conteúdo

**Atividade:**

Proposição de contextos organizacionais para análise de elementos da administração e da gestão, bem como formas de gerir em face das práticas modernas e estratégias corporativas.

**Material pedagógico:**

1. Textos selecionados
2. Fichas de competências
3. Formulários de objetivos da gestão

**Docente:** Prof. Bruno de Magalhães Oliveira Costa

## Módulo II

**Carga horária: 4h**

**Conteúdo Programático:** Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

**Metodologia:**

As aulas são expositivas com exemplos de aplicação prática de cada caso. Para uma maior assimilação são propostos questionários e problemas práticos para desenvolvimento e debate.

**Atividade:**

Desenvolvimento de competências e habilidades através de debates e proposição de análise de determinados eventos apresentados em sala.

**Material pedagógico:**

- Textos selecionados
- Catálogo de leis
- Jurisprudências sobre assédio moral, sexual e discriminação

**Docente:** Dra Ana Conceição Barbuda / Dra Daniela Gonzaga



## Módulo III

**Carga horária:** 4h

### Conteúdo Programático:

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho

### Metodologia:

Exposição participada e construção do conhecimento através de vivências e práticas integrativas.

### Atividade:

Consiste em metodologia teórico-prático-vivencial, na qual os participantes construirão competências e habilidades através da interação com o coletivo. Princípios éticos e epistemológicos baseados na Psicologia Positiva estabelecem a base pedagógica destas atividades.

### Material pedagógico:

Textos Selecionados

Inventários e Questionários de Competências

Vídeos

Recursos áudio-visuais

**Docente:** Prof. Cláudio Manoel N. G. da Silva

## SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### 1. Avaliação do aluno

Será realizada através das participações dialógicas durante as aulas.

### 2. Autoavaliação

Após o término das aulas, o discente terá acesso a um questionário, através da plataforma institucional, com perguntas de avaliação pessoal com relação ao curso e aprendizado. O aluno seguirá um critério de avaliação através de um formulário que consta; A) bom B) muito bom C) regular D) insuficiente e um registro reflexivo com tais perguntas: O que agregou? Como será útil? Como ele vai contribuir após esse curso?

### 3. Avaliação de Reação

Ao final do curso, será aplicada a avaliação, conforme documento anexo.

## FREQÜÊNCIA

Será computada mediante a presença, exigindo-se o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) para ter o certificado de conclusão.



## FORMADORES / DOCENTES

### Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 1º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Pós-doutora em direito pela UFBA. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Pós-graduada em Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Relações Familiares e Contextos Sociais pela UCSAL. Pós-graduada em Direito Canônico pela UCSAL e Pós-graduada em Atividade Judicante pela UFBA. Pós-graduada em Atividade notarial e registrar. Exerce desde o ano de 1990 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Professora de Direito Constitucional e Direito Civil e Direito Processual Civil da Universidade Católica do Salvador. Desenvolve Atividade de Docência na Escola Nacional de Magistrados (ENFAM) como Formadora e na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e Unicorp. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Bahia responsável pelos Serviços Extrajudiciais e Juíza Assessora da vice-presidência do TJBA, responsável pela sessão de Recursos. Atualmente, exerce função judicante na 6ª. Turma Recursal da Fazenda Pública em Salvador. Coordenadora do Núcleo de Gestão de Demandas de Massa (NUGEDM) do TJBA. Membro do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (CIJEBA) Integrante da EMN Escola da magistratura Nacional.

### Daniela Guimarães Andrade Gonzaga

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos pela Universidade da Amazônia. Exerce desde o ano de 1996 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia no biênio 2008-2009 e Presidente da Comissão Estadual de Adoção Internacional. Atualmente, exerce função judicante na 6ª Vara de Relações de Consumo em Salvador. Membro da CEJAI/BA. Integrante da Comissão de 1º grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

### Claudio Manoel Nascimento Gonçalo da Silva

Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Salvador (1997), bacharel em Psicologia e Psicólogo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2007) e bacharelado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2015). Possui especialização em Redes de Computadores pela Universidade Salvador (1999), especialização em Saúde Mental Coletiva (2007), mestrado em Modelagem Computacional pelo Centro de Pesquisas e Pós-Graduação Visconde de Cairú (2005). Doutorando em Ciências da Terra pela Universidade de A Coruña (2014), Doutorando em Modelagem Computacional pelo SENAI/CIMANTEC (2016). Analista Judiciário do Tribunal de Justiça da Bahia, exercendo as atividades de Psicólogo Judiciário pelo Serviço de Apoio e Orientação Familiar (SAOF), para Varas de Família e Juizados. Pesquisa: 1. Sistemas complexos baseados em bioimagens, modelos de complexidade e multifractalidade; 2. Segurança de redes e



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR:

PRISCILLA VIANA FORTUNATO.

Documento Nº: 1233767.21501101-7894 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/signa/consultapublica>



TJADM20236592V01



tecnologia da informação; 3. Saúde Mental e Psicologia Jurídica; 4. Matrizes Epistemológicas da Psicologia.

### **Bruno de Magalhães Oliveira Costa**

Advogado, Administrador de Empresas e Professor de graduação e pós-graduação com atuação profissional na área de Direito Empresarial, Direito Civil, Direito Internacional do Comércio, Direito Econômico Concorrencial e Administrativo Econômico, nas searas nacional e internacional. É Mestre em Direito Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador (UNIFACS). É MBA Executivo em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FVG). Pós-graduado com especialização em Direito do Estado pela Instituição Jus Podivm. É International Business Management pelo Massachusetts Institute of Business / MIB/ABRACOMEX. É autor do livro Direito Internacional e a Jus Cogens Nos Mecanismos de Soluções de Controvérsias Empresariais: Com Abordagem da Organização Mundial do Comércio; É idealizador, organizador e Coautor do livro Governança Corporativa e Políticas Públicas Volume 1. É Coautor do livro Dignidade da Pessoa Humana Estudos para além do Direito, 3º Vol. É Consultor Jurídico do Instituto Innovare no Estado da Bahia. É Mentoring Compliance Expert (MCE2-JGC) e Analista de Compliance Sênior (ACS-JGC). É Administrador Judicial com formação em Recuperação Judicial e Falência pelo Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD/BrJ). É Empreendedor Líder Coach e International Life Professional Coach (Profiler DISC Analista de Mapeamento de Perfil Comportamental) pela BRASCOACHING e SOLIDES LCC; International Executive Coach pela BRASCOACHING e Pela NEURO-SEMANTICS (International Society of Neuro-Semantics Actualizing Excellence). Ex-Membro do Comitê Jurídico da AMCHAM - American Chamber of Commerce em Salvador/BA. Ex-Diretor da Associação Brasileira de Advogados (ABA) em Salvador/BA. Ex-Membro Efetivo do IBDEE - Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial. Ex-membro da Câmara Empresarial de Comércio Argentina-Bahia (CECAB). Possui formação de extensão em: Gestão da Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Tendências em Gerenciamento de Projetos pela FGV; Compliance pela FGV; Compliance, Governança e Risco, pela FBD - Faculdade Baiana de Direito; OMC - Organização Mundial do Comércio pelo CEDIN - Centro de Estudo de Direito Internacional; Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Fundamentos da Integração Regional - MERCOSUL, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Licitações pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Direito Internacional e Justiça Restaurativa pela UC - Universidade de Coimbra / Portugal. É palestrante e autor de artigos jurídicos

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRASIL, RESOLUÇÃO 351, de 28 de outubro de 2020. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em : <https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf>

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). Standards for educational and psychological testing Washington, DC: Author.

ATKINSON, T. N., & Butler, J. W. (2012). From regulation to virtue: A critique of ethical formalism in research organizations. Journal of Research Administration, 43(1), 17-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PRISCILLA VIANA FORTUNATO.  
Documento Nº: 1233767.21501101-7894 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/signa/consultapublica>



TJADM202236592V01

- BANDURA, A. (1977). Social learning theory Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- BARCLAY, L. A., Markel, K. S., & Yugo, J. E. (2012). Virtue theory and organizations: Considering persons with disabilities. *Journal of Managerial Psychology*, 27(4), 330-346. <http://dx.doi.org/10.1108/02683941211220153> » <https://doi.org/10.1108/02683941211220153>
- BORSA, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53), 423-432. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>
- BROWN, T. A. (2015). Confirmatory factor analysis for applied research New York: The Guilford Press.
- BYRNE, B. M. (2012). Structural equation modeling with Mplus: Basic concepts, applications, and programming New York: Taylor & Francis.
- CAMERON, K. (2011). Responsible leadership as virtuous leadership. *Journal of Business Ethics*, 98(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6> » <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6>
- CERVO, C. S., Mónico, L. S. M., Santos, N. R., Hutz, C. S., & Pais, C. (2016). Authentic Leadership Questionnaire: Invariance between samples of Brazilian and Portuguese employees. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(40), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>; » <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>
- COHEN, J. (1988). Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- CROSSAN, M., Mazutis, D., & Seijts, G. (2013). In search of virtue: The role of virtues, values, and character strengths in ethical decision making. *Journal of Business Ethics*, 113(4), 567-581. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>; » <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>
- DANIELS, K. (2000). Measures of five aspects of affective well-being at work. *Human Relations*, 53(2), 275-294. <http://dx.doi.org/10.1177/a010564>; » <https://doi.org/10.1177/a010564>
- FERREIRA, M. C., Silva, A. P. C., FERNANDES, H. A., & Almeida, S. P. (2008). Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos no trabalho (ESAFE). *Avaliação Psicológica*, 7(2), 143-150. Recuperado em maio 1, 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt); [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt)
- HACKETT, R. D., & Wang, Q. (2012). Virtues and leadership: An integrating conceptual framework founded in Aristotelian and Confucian perspectives on virtues. *Management Decision*, 50(5), 868-899. <http://dx.doi.org/10.1108/00251741211227564> » <https://doi.org/10.1108/00251741211227564>
- HART, D. (2001). Administration and the ethics of virtue: In all things, choose first for good character and then for technical expertise. In T. L. Cooper (Ed.), *Handbook of administrative ethics* (pp. 131-50). New York: Marcel Dekker.
- KILBURG, R. R. (2012). Virtuous leaders: Strategy, character, and influence in the 21st century Washington, DC: American Psychological Association.
- PETERSON, C., & Seligman, M. E. P. (2004). Character strengths and virtues: A handbook and classification Washington, DC: American Psychological Association.
- PETERSON, S. J., Walumbwa, F. O., Avolio B. J., & Hannah, S. T. (2012). The relationship between authentic leadership and follower job performance: The mediating role of follower positivity in extreme contexts. *The Leadership Quarterly*, 23(3), 502-516. <http://dx.doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>; <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>

